

REVISITANDO O BINÔMIO SEXO-GÊNERO

REVISITING THE BINOMIAL SEX-GENDER

Resumo

Este artigo apresenta algumas contribuições teóricas dos Estudos de Gênero visando analisar e desconstruir o binômio sexo-gênero, um sistema binário e excludente utilizado para pensar a composição das identidades sexuais e de gênero no mundo contemporâneo. Também aponta para algumas formas de linguagem que possam produzir resistência no campo educacional desconstruindo estruturas binárias.

Palavras-chave: Sexo. Gênero. Sexualidade. Educação.

Abstract

This article presents some theoretical contributions from Gender Studies to analyze and deconstruct the binomial sex-gender, a binary and excluding system used to think about the composition of gender and sexual identities in the contemporary world. It also points to some forms of language which could produce resistance in the educational field deconstructing binary structures.

Key-words: Sex. Gender. Sexuality. Education.

Nilson Fernandes Dinis

Professor associado no Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos e pesquisador bolsista do CNPQ
E-mail: ndinis@ufscar.br

Em 2008 foi comemorado o centenário da escritora francesa Simone de Beauvoir, cuja vida e obra trouxeram grandes contribuições sobre a discussão dos direitos das mulheres impulsionando as reivindicações do movimento feminista. Já em 2009, com a comemoração do ano da França no Brasil, a destacada atriz brasileira Fernanda Montenegro resolveu também homenagear a autora, excursionando pelo país com um monólogo escrito com extratos de textos de Beauvoir.

No movimento feminista ecoou a famosa frase de Beauvoir: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1949:13). A importância desta proposição no movimento feminista ajudou a desconstruir a idéia de que ser mulher ou ser homem é uma consequência natural da herança de nossas estruturas biológicas, tecendo uma linha de continuidade entre nossa natureza biológica como machos e fêmeas, nosso comportamento social como homens e mulheres e nosso desejo sexual dirigido ao sexo oposto.

A famosa frase de Beauvoir aparece no livro intitulado *O segundo sexo*, publicado em 1949. No entanto, se o olhar das feministas não estivesse tão imerso na Europa, poderiam observar que em 1944, no romance *Perto do Coração Selvagem*, para orgulho brasileiro, a escritora Clarice Lispector já destacava de forma bastante sofisticada o longo e infinito processo de “tornar-se mulher”: “E a mulher era o mistério em si mesmo, descobriu. Havia em todas elas uma qualidade de matéria-prima, alguma coisa que podia vir a definir-se mas que jamais se realizara, porque sua essência era de ‘tornar-se’”(LISPECTOR, 1980:92).

As provocações das autoras nos lembram que a construção da identidade feminina é um longo processo educativo no qual vários agentes - entre eles a família, a sociedade, a escola e a própria mídia – se encarregam de moldar os corpos e conformá-los às imagens que se espera de uma pessoa que nasce com anatomia e fisiologia que a caracterizam como

um ser da espécie fêmea dentro do gênero humano. Esse processo educativo, construído principalmente a partir do olhar masculino e sua representação do feminino, produziu uma idéia de feminilidade que ainda é pautada, predominantemente, pela ideia de beleza, delicadeza, sensibilidade, fragilidade, atribuídas em essência ao gênero feminino.

O mundo contemporâneo foi sacudido por uma série de reivindicações de grupos feministas que abriram um novo espaço para a mulher em nossa sociedade e para novas representações do feminino, mas podemos dizer também que, ao mesmo tempo, outros mecanismos sutis de poder são operados a todo instante visando à conformação e à docilização dos corpos femininos, a exemplo dos mecanismos sutis exercidos pela mídia - como as revistas, os programas de televisão e a publicidade voltadas ao público feminino – que continuam produzindo representações padronizadas do feminino, mas agora camufladas sob a ideia de uma possível liberdade de escolha por parte da pessoa consumidora.

Mas se ser mulher é um resultado de um longo, e às vezes doloroso, processo de construção do feminino, não poderíamos dizer o mesmo acerca da construção da identidade masculina? Não estariam também os homens sujeitos a um longo, e também às vezes penoso, processo de construção da identidade masculina?

O pesquisador norte-americano Donald Sabo, que se interessa sobre o tema da construção social da masculinidade, nos lembra um dos dolorosos episódios do processo de construção da identidade masculina que viveu em sua adolescência:

Lembro-me do seguinte episódio dos meus dias como jogador de futebol na escola de segundo grau: um garoto do segundo ano chamado Brian, um rapaz grande, mas gorducho, carecia de força física e do “instinto assassino” que, segundo nos ensinavam,

era preciso para ser um bom jogador. Num dia quente e úmido, o treinador Shumock decidiu dar uma lição naquele rapaz. Chamou todo o grupo de defesa e obrigou o Brian a bloquear cada um de nós, um depois do outro. O tempo inteiro, o treinador o atormentava: “Quantas irmãs que você tem em casa, Brian? São seis ou sete? Quanto tempo demorou sua mãe para descobrir que você era menino, Brian? Quando foi que você deixou de usar vestidos como suas irmãs, Brian? Talvez o Brian gostaria de fazer uns biscoitos para nós amanhã, meninos. Você é mole, Brian, talvez mole demais para este time. O que vocês acham, meninos, O Brian é mole demais para nosso time?”. A provação continuou durante uns dez minutos, até o Brian desmoronar-se, exaurido e chorando. O treinador tinha vencido. Tive pena de Brian, talvez ele não fosse uma “fera” de bom jogador, mas estava lá, suando e se maltratando fisicamente como todos nós. No entanto, eu percebia que “ser mole” tinha que ser evitado a qualquer custo. Em última instância, me aliava com o treinador e o resto do time, me identificava “para cima” com a hierarquia masculina, em solidariedade com o time, e não “para baixo” com a vulnerabilidade e o sofrimento de Brian. Hoje eu sei que as mensagens homofóbicas do treinador ficariam comigo muito tempo, muito tempo depois das lágrimas de Brian secarem no sol daquele dia quente (SABO, 2002:38-39).

Segundo Sabo, a construção da masculinidade, exercida principalmente nas pedagogias esportivas, se dá através de uma progressiva introjeção de valores que implicam na fabricação do sentimento de superioridade masculina, através da depreciação do feminino (misoginia) e da aversão em relação à homossexualidade (homofobia). Podemos acrescentar às observações do autor que a identidade masculina seria um processo educativo reativo na qual primeiro se aprendeu que é ser mulher e o que é ser homossexual, para em seguida construir a identidade masculina em um exercício de oposição a essas imagens. Ser homem é não ser mulher, nem ser homossexual. Assim o termo “maricas”, utilizado como forma de xingamento por crianças e adolescentes, seria utilizado como forma de unir essas duas identidades desprezadas, a feminina e a homossexual, em um mesmo sujeito com o qual qualquer identificação deva ser evitada, um sujeito a ser vilipendiado e desprezado, representado geralmente pela imagem do homossexual efeminado.

Portanto, se há todo um investimento social, às vezes impositivo e doloroso, outras vezes delicado e sutil, de fortalecimento de uma pretensa naturalização de formas padronizadas do que é ser mulher ou ser homem, ou seja, da identidade feminina e da masculina, sobre corpos da espécie humana, demarcados, por sua vez, como fêmeas e machos, devido a suas diferenças anatômico-fisiológicas, destinados a se encontrar através de uma relação exclusivamente heterossexual, talvez seja exatamente porque não há uma linha intrínseca e natural de continuidade entre essas posições: sexo-gênero-sexualidade.

Como bem analisa Guacira Louro, uma importante pesquisadora dos estudos de gênero no Brasil, podemos comparar esse processo de conformação dos corpos a uma espécie de viagem que se inicia quando nascemos:

A declaração “É uma menina” ou “É um menino! também começa uma espécie de “viagem”, ou melhor, ins-

tala um processo que, supostamente, deve seguir um determinado rumo ou direção. A afirmativa, mais do que uma descrição, pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre um corpo. [...] essa asserção desencadeia um processo de “fazer” desse um corpo feminino ou masculino. Um processo que é baseado em características físicas que são vistas como diferenças e às quais se atribui significados culturais. Afirma-se e reitera-se uma seqüência de muitos modos já consagrada, a seqüência sexo-gênero-sexualidade. O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um “dado” anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse “dado” sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo. Supostamente, não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista. A afirmação “é um menino” ou “é uma menina” inagura um processo de masculinização ou de feminização com o qual o sujeito se compromete (LOURO, 2004:15).

Porém, sexo, gênero e sexualidade são coisas diferentes. Uma das formas de entendermos esses conceitos é pensar que sexo não é o mesmo que ser masculino ou feminino, nem determina as práticas sexuais de uma pessoa, apenas remete às representações que construímos sobre as características anatômico-fisiológicas que definem o fato de uma pessoa ser considerada macho ou fêmea na espécie humana. A observação da anatomia fisiológica sexual de uma criança recém-nascida nos levaria a dizer “fêmea” ou “macho”, em vez dos atributos “menina” ou “menino” que se referem a idéia de gênero.

Menino e menina seriam os diminutivos de “homem” e “mulher”, ou ainda de seres aos quais atribuímos a qualidade de ser “masculino” ou “femini-

no”. Ser mulher e ser homem, ou ainda, ser feminino e ser masculino, são construções histórico-culturais, portanto não seriam uma consequência direta de nossa estrutura biológica. São construções histórico-culturais porque nossas formas de entender o que é ser feminino ou masculino variam conforme a geografia e a história.

A forma de entendermos esses conceitos no mundo ocidental pode ser diferente da forma como orientais entendem os mesmo conceitos. Ou ainda diferentes da forma como uma comunidade indígena entenderia o mesmo conceito. Em uma determinada cultura ser homem pode significar usar a barba e ser mulher implica estar coberta por um véu, já em outra, ser mulher pode significar saber manejar o cesto e ser homem saber manejar o arco e a flecha. Em um determinado momento histórico ser mulher significava não usar calças, ou seja, o vestuário determinava o que era atributo feminino e o que era atributo masculino. Essa construção histórico-cultural de nossas representações sobre o que é ser homem e ser mulher, sobre o que é ser masculino e feminino, é o que talvez chamamos de gênero. Neste sentido não nascemos mulher e homem, mas é justamente através de nosso processo educativo de inserção social que aprendemos a sê-lo.

Ao se diferenciar do conceito de sexo, o conceito de gênero, que foi uma contribuição teórica do movimento feminista norte-americano na década de 1970, serviu justamente para desvincular nossas identidades de gênero de uma relação direta com nossa estrutura sexual anatômico-fisiológica. O conceito é importante, pois, segundo Guacira Louro,

... passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os

diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997:23).

Em relação à sexualidade, também aprendemos a acreditar que seria um instinto movido por impulsos biológicos, herança de nossa natureza animal. No entanto, podemos pensar a sexualidade também como uma construção cultural. Com isso não queremos dizer que não possam estar envolvidos elementos biológicos na construção de nossa sexualidade, apenas ressaltamos que somos seres predominantes histórico-culturais. Os rituais que envolvem as práticas sexuais de uma mulher japonesa podem ser diferentes de uma mulher ocidental, ou ainda de uma mulher africana ou de uma mulher indígena. As práticas sexuais variam também conforme a cultura. Comportamentos sexuais como a masturbação, a homossexualidade, a bissexualidade, o sexo grupal, o bestialismo, são práticas da sexualidade que podem ser conhecidas por uma determinada cultura e desconhecidas por outra, ou ainda podem ser permitidas em uma ou proibidas em outra, conforme o contexto histórico ou geográfico em que nos encontramos. A sexualidade seria então as diferentes formas histórico-culturais de experimentar prazeres e desejos na relação com o próprio corpo e/ou com o corpo da outra pessoa. Entre os diversos aspectos da sexualidade, pode, por exemplo, estar implicado a orientação sexual da pessoa, a exemplo da homossexualidade, da heterossexualidade, da bissexualidade, etc...

No entanto, embora esta seja uma forma binarista e diferente de entendermos a relação entre os três termos: Sexo (macho/fêmea) = Gênero (masculino/feminino) = Sexualidade (heterossexualidade/homossexualidade), ela também é uma forma incompleta e redutiva. Novas críticas têm sido produzidas sobre a distinção sexo-gênero, não no sentido de retomar uma igualdade entre os termos, mas justamente porque a distinção ainda preserva estruturas de um pensamento binarista ou dualista, a exemplo de

outros binarismos que funcionam na construção de nosso pensamento como: masculino-feminino, natureza-cultura, biológico-cultural, corpo-mente, individual-social, etc. No caso específico da distinção sexo-gênero, ela serviria para encobrir a multiplicidade de outras possibilidades que envolvem a construção de nossas identidades sexuais e de gênero.

Judith Butler, uma pesquisadora norte-americana sobre os estudos de gênero, tem sido uma das grandes incentivadoras deste debate. Para a autora:

Se o gênero é a construção social do sexo e se não existe nenhum acesso a esse 'sexo' exceto por meio de sua construção, então parece não apenas que o sexo é absorvido pelo gênero, mas que o 'sexo' torna-se algo como uma ficção, talvez uma fantasia, retroativamente instalado em lugar pré-lingüístico ao qual não existe nenhum acesso direto (BUTLER, 2000:158).

Ainda para Butler, “a diferença sexual não é, nunca, simplesmente, uma função de diferenças materiais que não seja, de alguma forma, simultaneamente marcadas e formadas por práticas discursivas”(BUTLER, 2000, p. 153). Como argumenta Guacira Louro, ao comentar sobre as contribuições de Butler:

Ela rompe com a conexão sexo=natureza/gênero=cultura, ao sugerir que o sexo é cultural, na mesma medida em que o é o gênero. Conseqüentemente, a própria distinção sexo/gênero fica perturbada. Para Butler, o gênero é o meio discursivo/cultural mediante o qual um 'sexo natural' é estabelecido como pré-discursivo. Em outras palavras, o sexo é, ele próprio, uma postulação, um constructo que se faz no interior da linguagem e da cultura (LOURO, 2004:66-67).

A distinção sexo-gênero, embora signifique um avanço em relação a uma compreensão estritamente biológica das diferenças entre mulheres e homens, reconhecendo a presença de uma dimensão social e cultural na construção do gênero, ainda entende o aspecto social e cultural com algo que se sobrepõe a uma base objetiva e material - o biológico - presente no conceito de sexo. Desta forma, uma perspectiva culturalista questionaria sobre até que ponto é possível separar o que é biológico e o que é cultural na dimensão humana. E qual seria a necessidade desta distinção? A que nos serve a necessidade de separar e categorizar? Por que o exercício do pensamento tem sempre que caminhar através de estruturas binaristas? Seria possível separar o sexo como uma estrutura objetiva, natural, neutra, não afetada pelo aspecto cultural, e que precederia a construção de nossas identidades de gênero?

O entendimento habitual do biológico como categoria dada que precede as intervenções sociais e culturais pode ser perturbado por uma série de questionamentos. O primeiro deles é que nossa própria compreensão do biológico é sempre feita a partir de um ponto de vista cultural. Somos seres histórico-culturais e utilizamos justamente a linguagem (um elemento histórico-cultural) para falarmos da dimensão biológica. Do ponto de vista histórico também podemos lembrar que determinados momentos históricos valorizam mais o elemento biológico na produção do comportamento humano, outros momentos históricos valorizam mais o ambiente ou o fator sócio-cultural. Neste momento vivemos uma fase na qual há uma sobrevalorização do discurso biológico devido à produção científica na área do mapeamento do genoma humano, produzindo uma expectativa social e cultural de encontrar bases biológicas para uma série de comportamentos que têm sido explicados do ponto de vista histórico-cultural. O fato de vivermos um momento histórico no qual tal expectativa é predominante não nos garante que a mesma permanecerá, pois está sujeita às transformações históricas.

Um segundo argumento é que nosso próprio conceito de biológico é pouco objetivo e bastante

problemático. Graças à evolução da ciência e da medicina (produtos da cultura humana) hoje é possível produzir interferências sobre uma série de elementos materiais considerados como biológicos. É o caso das cirurgias de mudança de sexo em pessoas transexuais, nas quais são construídos novos órgãos sexuais (uma vulva ou um pênis), modificando uma estrutura dada previamente como biológica. Desta forma como poderíamos categorizar o sexo de uma pessoa que tenha se submetido a uma destas cirurgias? O sexo, neste caso, é algo biológico sobre o qual se sobrepõe sua identidade de gênero, ou o sexo é ele próprio resultado de uma intervenção artificial da medicina, que é, por sua vez, um conhecimento produzido pela cultura humana?

As críticas às construções binárias do pensamento nos levam novamente a problematizar a própria separação entre as categorias sexo (macho/fêmea), gênero (masculino/feminino) e sexualidade (heterossexualidade/homossexualidade). Categorizar sexo através de uma forma binária como macho e fêmea é esquecer que mesmo biologicamente existem outras pessoas que não se encaixam neste esquema binarista. É o caso, por exemplo, das pessoas hermafroditas ou intersexo que nascem com ambos os sexos, embora com graus de formação diferente. Alguns/algumas se recusam a se submeter a uma cirurgia de readequação de sexo, reivindicando o direito de possuir uma anatomia sexual diferente da expectativa social.

Por outro lado categorizar gênero através da forma binária masculina e feminina, também é esquecer que entre os dois pólos há inúmeras possibilidades de experimentação. Podemos dizer, mesmo correndo também o risco de reducionismos, que todos possuímos elementos femininos e masculinos, ainda que em diferentes graus e proporções. Assim, se elaboramos uma escala em linha reta na qual um dos pólos seja a extrema masculinidade e no outro a extrema feminilidade, podemos situar entre esses dois extremos inúmeros outros lugares que não consegui-

mos nomear, já que a estrutura da nossa linguagem continua a funcionar através de códigos binaristas.

Por fim, podemos dizer o mesmo em relação ao conceito de sexualidade. Entre a homossexualidade e a heterossexualidade há também outras experimentações, a exemplo da bissexualidade, ou mesmo de uma possível assexualidade, que rompem com nossa forma de binária de conceber as práticas sexuais produzindo novos territórios para um desejo que não se deixa rotular.

Parece que a construção da distinção sexo-gênero, na medida em que gênero é entendido como uma sobreposição cultural sobre um dado natural - o sexo - posto por sua vez como binário, ou seja, baseado nas categorias biológicas de macho e fêmea, seria uma armadilha que estaria nos obrigando também a transferir a mesma estrutura binária para o funcionamento dos conceitos de gênero e de sexualidade, limitando as possibilidades de experimentação desses conceitos.

A estrutura de nosso pensamento e de nossa linguagem aprendeu a funcionar por sistemas de classificação. E classificar é sempre discriminar, recortando uma realidade que é sempre mais complexa, através de conceitos que são, de alguma forma, reducionistas. Essa operação ao mesmo tempo nos oferece possibilidades e limites. É através dela que construímos grande parte de nossa cultura e que conseguimos partilhar nosso conhecimento com outras pessoas, mas é também através dela que reduzimos outros lugares que não conseguimos entender ou nomear à margem, à periferia, ou mesmo a processos de exclusão. É o caso de outras formas de experimentar as identidades sexuais e de gênero que sejam diferentes da estrutura heteronormativa. O conceito de heteronormatividade foi criado pelo pesquisador americano Michael Warner (1993) para designar a estrutura que concebe o exercício da heterossexualidade como norma, como ponto mais legítimo de exercício da sexualidade, relegando à margem outras possíveis formas de viver as identidades sexuais

e de gênero.

Retomando a metáfora da viagem como forma de entendermos as experimentações no campo do gênero e da sexualidade, conforme sugere Louro (2004), a viagem planejada ao nascermos - através de uma continuidade entre nosso sexo, nosso gênero e nosso desejo sexual - também sofre subversões e deslocamentos. Algumas pessoas podem orientar-se justamente para a inversão da trajetória heterossexual socialmente preestabelecida. Mas como ressalta a autora:

Há também os que se demoram na fronteira, aqueles e aquelas que se abandonam no espaço “entre” dois ou mais lugares, que se deixam ficar numa espécie de esquina ou encruzilhada. Algo parecido com o que acontece aos membros de grupos culturais permanentemente em trânsito, sobre os quais se pergunta não tanto o ‘de onde você é?’ mas o ‘entre onde você está?’ (LOURO, 2004:19).

Muitos desses lugares de fronteira não podemos expressar através de nossa linguagem convencional, nem por isso são ilegítimos. Outra interessante metáfora para entendermos esses processos foi sugerida pela antropóloga feminista norte-americana Gayle Rubin em uma entrevista concedida a Judith Butler:

A aquisição de nossa programação sexual e de gênero assemelha-se muito à aprendizagem de nosso sistema cultural ou nossa língua materna. É muito mais difícil aprender novas línguas, ou ter a mesma fluência que temos na nossa primeira língua [...] Da mesma forma que com as línguas, algumas pessoas têm mais flexibilidade em termos de gênero e de erotismo que outras. Algumas podem ter uma segunda língua em

termos de sexo e de gênero, e uns poucos ficarão absolutamente à vontade em mais de uma posição. Mas a maioria das pessoas tem uma língua mãe e zonas de bem-estar em termos de sexo e de gênero que nunca chegarão a mudar muito. Isso não quer dizer que essas coisas não sejam sociais, da mesma forma que as dificuldades para a aprendizagem de outras línguas não provam que as línguas não são fenômenos sociais [...] Se você considera realmente que a vida social é estruturada como a linguagem, então você precisará de modelos complexos que mostrem como a linguagem é estruturada. Acho que os modelos binários parecem funcionar melhor para gênero, porque normalmente o vemos como binário; mesmo o continuum de diferenças de gênero quase sempre parece estruturado por uma oposição binária básica. Mas logo que nos afastamos dos pressupostos do heterossexualismo ou de uma simples oposição hetero-homo, as diferenças de comportamento sexual não são muito inteligíveis em termos de modelos binários. Mesmo a idéia de um continuum não é um bom modelo para as variações sexuais; é necessário um desses modelos matemáticos que agora se fazem, com topologias estranhas e formas convolutas. É preciso haver um modelo que não seja binário, porque a variação sexual é um sistema de muitas diferenças, não apenas uma par de diferenças conspícuas (BUTLER; RUBIN, 2003:167-168).

O estudo dos processos da linguagem como fator de inclusão e de exclusão em relação às identidades sexuais e de gênero foi outra importante contribuição advinda dos Estudos de Gênero. Estes estudos têm questionado a construção normativa de nossa

linguagem que utiliza a forma masculina como signo genérico referente a homens e mulheres, mesmo que em um determinado ambiente haja mais mulheres do que homens. A pesquisadora espanhola Monserrat Moreno nomeia tal uso da linguagem com um dos exemplos de androcentrismo que “consiste em considerar o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, como a medida de todas as coisas...” (MORENO, 1999, p. 23). Ressalta ainda que aprender a expressar-se no masculino é uma das primeiras experiências educativas que sofre o gênero feminino, pois através dela a menina deve aprender

....sua identidade sexolingüística para imediatamente renunciar a ela. Permanecerá durante toda sua vida diante de uma ambigüidade de expressão com a qual acabará acostumando-se, com o sentimento de que ocupa um lugar provisório no idioma, lugar que deverá ceder imediatamente quando aparecer no horizonte do discurso um indivíduo do sexo masculino, seja qual for a espécie a que ele pertença” (MORENO, 1999:38).

Essa primeira aprendizagem persiste no meio acadêmico, mesmo entre mulheres pesquisadoras já adultas. É tão eficaz e duradora que é “muito comum que uma profissional, já adulta, refira a si própria no masculino: ‘eu, como pesquisador...’. Afinal, muitos comentariam, isso é ‘normal’” (LOURO, 1999:66).

A pretensa normalidade e universalidade deste sistema também é questionada por Moreno, pois segundo a autora: “De fato, existem línguas que, como o hopi, não possuem termos que indiquem o gênero a que pertence a pessoa de quem se fala, e alguns povos indígenas da América – como os navarros – classificam, em seu idioma, os objetos de acordo com a forma que possuem, dando a esta característica prioridade sobre as demais” (MORENO, 1999,:15).

Há, entretanto, algumas tentativas de resistência a

esse uso normativo da linguagem através do uso da forma feminina e da forma masculina, a exemplo das construções que utilizamos ao longo deste texto, evitando o uso da forma masculina como signo genérico referente a ambos os gêneros. Procura-se também uma alternância dos termos, ora começando com a forma feminina, ora com a forma masculina, já que a precedência persistente de um termo pelo outro também pode ser signo sutil de exclusão. Geralmente tendemos a escrever estruturas como “o menino e a menina”, “o homem e a mulher”, “o aluno e a aluna”, sem questionar a precedência persistente do termo masculino. É assim também que uma série de outros binarismos são correntemente escritos, como: homem-mulher, heterossexual-homossexual, adulto-criança, branco-negro, homem-animal, inteligência-afetividade; produzindo uma lógica de dualidades na qual, um dos termos, quase sempre o primeiro, tem primazia sobre o segundo, sendo um a referência, o padrão; o outro é a margem, o excluído.

As terminologias como homossexualidade e heterossexualidade também têm sofrido críticas. Homossexualidade seria um conceito utilizado, pela primeira vez, por volta de 1870, no discurso psiquiátrico, como forma de se referir a uma identidade sexual a ser vigiada e controlada (Foucault, 1992, 2003). Segundo Katz (1996) o termo “heterossexual” também teria sido criado por volta de 1892, ou seja, depois do termo “homossexual”, e designava em um primeiro momento o amor patológico e desmedido por pessoa do sexo oposto, só posteriormente adquirindo o sentido de norma e de referência para a sexualidade.

A despatologização do conceito de homossexualidade no Brasil se dá em 1985, quando o Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade do Código Internacional de Doenças (CID), considerando-a mais uma de expressão da sexualidade humana. Ressalta-se também os esforços do Conselho Federal de Psicologia que em 1999 estabeleceu normas éticas para atuação da psicologia em relação

à orientação sexual, recomendando que ninguém deveria ser submetido a qualquer tratamento de cura por não ser heterossexual.

O psicanalista brasileiro Jurandir Freire Costa irá propor a substituição do termo homossexualidade pelo termo homoerotismo (Costa, 1992). As relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo seriam uma experiência de prazer que não codifica a essência do sujeito. Para o autor, uma estratégia normativa da linguagem é designar o sujeito por determinadas partes de seu ser, neste caso a forma de se relacionar sexualmente, que é apenas um dos muitos componentes da vida de uma pessoa, transforma-se em uma categoria identitária que passa a abranger todo o sujeito, o que legitima algumas formas de exercício da sexualidade e exclui outras.

Continuar discutindo sobre ‘homossexualidade’, partindo da premissa de que todos somos ‘por natureza heterossexuais, bissexuais e homossexuais’, significa tornar-se cúmplice de um jogo de linguagem que mostrou-se violento, discriminador, preconceituoso e intolerante, pois levou-nos a crer que pessoas humanas como nós são ‘moralmente inferiores’ só pelo fato de sentirem atração por outras do mesmo sexo biológico (COSTA, 1994:121)

O comprometimento com novas formas do uso da linguagem ajudaria a produzir resistência a padrões sexistas ou homofóbicos. Mas talvez nos leve também a perguntar sobre o porquê da nossa necessidade de categorizar e de classificar através de conceitos estáveis e excludentes formas tão diferentes de viver a afetividade e a sexualidade. Categorizar e classificar torna-se apenas um exercício de conhecer melhor para melhor nos relacionarmos com diferentes formas de ser e estar no mundo que sejam diferentes das nossas? Ou será que categorizar e classificar são apenas formas de nomearmos

e rotularmos sujeitos e práticas afetivo-sexuais que desqualificamos, que julgamos menos legítimas do que as nossas?

A crítica do binarismo sexo-gênero, que exploramos ao longo deste artigo, não significa que estamos propondo um retorno a um uso indiscriminado dos termos, embora tenhamos mostrado a complexidade de problemas que envolvem essa diferenciação. O fato de considerarmos certos conceitos como problemáticos, não quer dizer que devam ser imediatamente descartados, pois muitas vezes são o único instrumento conceitual que dispomos em um determinado momento histórico. Quer dizer apenas que devem ser tratados como conceitos, ou seja, palavras produzidas em um contexto histórico-cultural que não traduzem totalmente a complexidade de experiências que vivemos na relação com nossos corpos, nossos prazeres e com outras pessoas. No entanto, esforços no sentido de romper com os limites da linguagem são sempre bem-vindos e devem ser encorajados no espaço da educação.

Na constituição de um campo heteronormativo, a heterossexualidade foi historicamente tomada como signo de universalidade. Dispositivos e práticas sociais são colocados em movimento para “naturalizar” essa narrativa que constitui os espaços legítimos e ilegítimos do exercício de nossas identidades sexuais e de gênero. Esse mesmo movimento constituirá o espaço reservado ao “outro”, ou seja, aquelas e aqueles que experimentam outras formas de prazer ou outras vivências identitárias que se situam longe desse campo de legitimação. A educação tem sido um dos múltiplos espaços de demarcação desses territórios. Sua relação com os outros que vivem diferentes identidades sexuais e de gênero tem caminhado por atitudes que vão da explícita exclusão até o desenvolvimento de novas políticas de tolerância influenciadas pelo jargão de palavras como alteridade, diversidade, multiculturalismo no discurso das políticas de educação.

As diversas implicações do conceito de tolerân-

cia no discurso da educação são lembradas por Silvia Duschatzky e Carlos Skliar:

Como opera a tolerância na educação? É certo que somos tolerantes quando assistimos, na escola pública, os filhos das minorias étnicas, lingüísticas, religiosas ou outras, ainda que esta aceitação material não imponha reconhecimento simbólico. Porém também somos tolerantes quando naturalizamos os mandatos da competitividade como as únicas formas de integração social, quando fazemos recair no voluntarismo individual toda esperança de bem-estar e reconhecimento, quando damos uma piscadela conciliatória a tudo que emana dos centros de poder, quando não disputamos com os significados que nos conferem identidades terminais (...) A tolerância também é naturalização, indiferença frente ao estranho e excessiva comodidade frente ao familiar. A tolerância promove os eufemismos, como, por exemplo, chamar de localismos, identidades particulares às desigualdades materiais e institucionais que polarizam as escolas dos diferentes enclaves do país (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2001:136-137)

Assim seria necessário pensar novas políticas de relação com o outro que possam levar para além da interiorização de uma tolerância politicamente correta que apenas amplia os limites da tolerância, mas que persiste com entendimentos binaristas e excludentes em relação à produção das identidades sexuais e de gênero. Seria preciso criar um ambiente educacional propício ao questionamento permanente de práticas normativas. Enfim, como sugere Guacira Louro (1997:65):

Os questionamentos em torno desses campos, no entanto, precisam ir

além das perguntas ingênuas e dicotomizadas. Dispostas/os a implodir a idéia de um binarismo rígido nas relações de gênero, teremos de ser capazes de um olhar mais aberto, de uma problematização mais ampla (e também mais complexa), uma problematização que terá que lidar, necessariamente, com as múltiplas e complicadas combinações de gênero, sexualidade, classe, raça, etnia. Se essas dimensões estão presentes em todos os arranjos escolares, se

estamos nós próprias/os envolvidas/os nesses arranjos, não há como negar que essa é uma tarefa difícil. Trata-se de pôr em questão relações de poder que compartilhamos, relações nas quais estamos enredadas/os e que, portanto, também nos dizem respeito.

Referências

- BEAUVOIR, Simone (1949). *Le deuxième sexe*. Paris: Gallimard..
- BUTLER, Judith (2000). “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. Tradução de Guacira Lopes Louro. In: LOURO, Guacira Lopes(org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 151-172.
- BUTLER, Judith; RUBIN, Gayle(2003) “Tráfico sexual – entrevista”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 157-209.
- COSTA, Jurandir Freire (1992). *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- COSTA, Jurandir Freire(1994) . *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos (2001). O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge & SKLIAR, Carlos. (org.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Tradução de Semiramis Gorini da Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, p. 119-138.
- FOUCAULT, Michel (1992). *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, Michel (2003). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal.
- KATZ, Jonathan (1996). *A invenção da homossexualidade*. Tradução de Clara Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro.
- LISPECTOR, Clarice (1980). *Perto do coração selvagem*. São Paulo: Círculo do Livro.
- LOURO, Guacira Lopes (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- LOURO, Guacira Lopes (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica..
- MORENO, Monserrat (1999). *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. Tradução de Ana Venite Fuzatto. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Universidade de Campinas.

SABO, Donald (2002). “O estudo crítico das masculinidades”. Tradução de Miriam Adelman e Paulo de Oliveira Perna. In: ADELMAN, Miriam (org.) *Gênero plural*. Curitiba: Ed. UFPR, p. 33-46.

WARNER, Michael (1993). *Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Recebido em: 30/10/2012

Aceito em: 30/04/2013